

ANÚNCIOS EM SÉRIE

# TUDO PELO SOCIAL

## Piora nos indicadores leva governo a acelerar medidas econômicas, de olho em 2022

FERNANDA TRISOTTO, EVANDRO ÉBOLI E DIMITRIUS DANTAS  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Menos de uma semana após Paulo Guedes ser cobrado por Jair Bolsonaro, em reunião ministerial, a apresentar resultados positivos na economia, uma série de medidas de aprimoramento da chamada microeconomia — ou seja, que beneficiam grupos específicos, não toda a sociedade — começa a sair do papel. Outras, como novas linhas de crédito com juros reduzidos, serão apresentadas ainda esta semana. Todas têm em comum um forte apelo popular, o que pode ajudar eleitoralmente o governo em um cenário de piora das expectativas macroeconômicas.

Na noite de domingo, o governo sancionou a lei que deve mais que dobrar o número de beneficiários do programa de tarifa social de energia, que garante desconto de até 65% na conta de luz e isenção da bandeira de escassez hídrica. Ontem, aumentou os limites do Casa Verde e Amarela, para a baixa renda, e editou a medida provisória do Habite Seguro, programa habitacional subsidiado para policiais. Essas medidas têm grande impacto para grupos específicos, em um momento em que a popularidade de Bolsonaro cai.

E ocorrem em meio à piora das expectativas econômicas. O Boletim Focus, apurado pelo Banco Central junto ao mercado financeiro, divulgado ontem, mostra que a previsão do crescimento do PIB em 2022, ano eleitoral, recuou a 1,72%. Há um mês, era de 2,04%. Já a estimativa para a inflação deste ano atingiu 8%, mais que o dobro do centro da meta do BC, de 3,75%. Segundo fontes do governo, a piora das condições econômicas foi o principal argumento para convencer Bolsonaro a, na última quinta-feira, escrever uma carta de recuo em relação aos ataques que fez ao Judiciário nos atos antidemocráticos de Sete de Setembro.

### CAIXA QUER BAIXAR JUROS

Outras medidas virão esta semana. Ontem, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirmou, em evento no Palácio do Planalto, que o banco irá anunciar na quinta-feira uma redução da taxa de juros para financiamento da casa própria — apesar de a taxa básica de juros (Selic), hoje em 5,25%, estar em trajetória de alta por causa da inflação.

— A Caixa vai reduzir os

juros. Não está aumentando a Selic? Então a Caixa, com o lucro que nunca teve, sem roubar, vai diminuir os juros da casa própria — afirmou.

A Caixa também deve anunciar, nesta semana, o que Guimarães tem chamado de “maior programa de crédito do mundo”. Segundo fontes do governo, seriam oferecidos empréstimos, com taxas baixas, a todos os 105 milhões de brasileiros com conta no Caixa Tem. Muitos deles, porém, só tiveram relacionamento com o

banco na pandemia, para receber o auxílio emergencial ou fazer os saques do FGTS.

Além disso, aumenta a pressão para que o governo amplie por mais dois meses o auxílio emergencial, previsto para terminar em outubro. Isso porque o Auxílio Brasil, substituto turbinado do Bolsa Família, até o momento não avançou no Congresso, não tem fonte de renda no Orçamento e nem mesmo parâmetros econômicos.

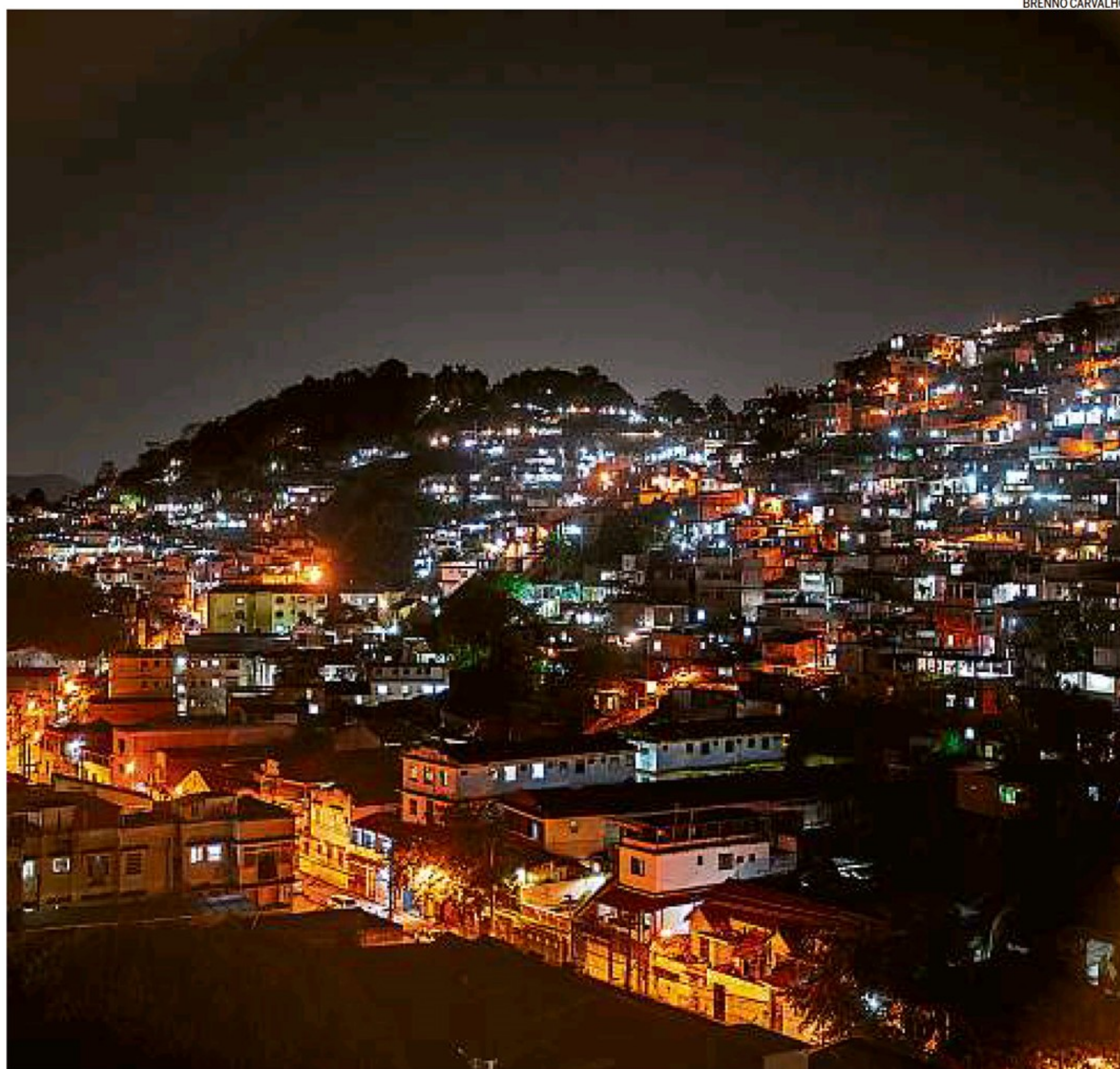
Uma das medidas que mais devem afetar as classes mais

pobres, contudo, já está garantida: a ampliação da tarifa social de energia, que proporciona descontos de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo. Com a entrada em vigor em 120 dias, ou seja, já em 2022, ano eleitoral, a conta do subsídio será repassada aos consumidores em 2023.

A ampliação da tarifa social de 12,2 milhões de pessoas para até 25 milhões de pessoas vai impactar os demais consumidores de energia, já que o benefício é bancado com recursos da Conta de Desenvol-

vimento Energético (CDE), um fundo formado a partir de encargos cobrados de todos os consumidores. Em 2020, a CDE transferiu R\$ 21,67 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões foram para a tarifa social.

Esse fundo também cobre ações como programas de universalização de acesso à energia, o custo da geração a diesel no Norte, nos sistemas que não são interligados, e benefícios para, entre outros, carvão mineral e irrigação agrícola. É a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que determi-



Energia. A tarifa social para a baixa renda, além da isenção da bandeira tarifária de escassez hídrica, dá descontos de 10% a 65%

na anualmente os valores dessas cotas, que serão pagas às distribuidoras e, consequentemente, repassadas nas tarifas dos consumidores.

Na prática, a nova regra estabelece que os brasileiros que estejam no Bolsa Família e no Cadastro Único, ou que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com renda per capita inferior a meio salário mínimo (atualmente equivalente a R\$ 550) serão automaticamente incluídos na tarifa social, sem precisarem recorrer às empresas de energia.

### FAIXA TEM CONSUMO BAIXO

Especialistas ouvidos pelo GLOBO defendem a medida. Para eles, há outros benefícios que podem ser cortados para compensar esse auxílio, como subsídios para grandes consumidores e para a agricultura.

Autor da proposta, o deputado André Ferreira (PSC-PE) diz que a ideia do projeto nasceu a partir do exemplo da cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE), onde a prefeitura firmou um convênio com a companhia de energia para retirar os entraves burocráticos para incluir famílias na tarifa social.

— Não mudamos nada na lei, só simplificamos. É um ganho social para essas famílias carentes muito grande, em momento de desemprego e recessão — afirmou.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, ressalta que o consumo de eletricidade dessas famílias é tão baixo que dificilmente elas entrariam em um esquema de racionamento de energia.

— Ampliar o acesso de quem está cadastrado nos programas sociais faz todo sentido. O consumo desse pessoal é muito baixo — explicou Pires, dizendo ver espaço para a revisão dos benefícios a indústrias e propriedades agrícolas.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a medida não vai prejudicar os esforços do país para lidar com os efeitos da crise hídrica, pois só entrará em vigor em 2022, quando se espera que a situação esteja melhor. E afirmou que “no atual cenário de crise econômica, os recursos economizados com a conta de luz certamente serão destinados a cobrir outros gastos do orçamento doméstico”.

A Aneel foi perguntada sobre os impactos da medida, mas não respondeu até o fechamento desta edição. (Colaboraram Geralda Docca e Jussara Soares)

## Valor máximo de imóvel do Casa Verde e Amarela sobe

No Rio e em São Paulo, teto passa a R\$ 264 mil. Governo lança programa habitacional para profissionais de segurança pública

GERALDA DOCA, EVANDRO ÉBOLI E DIMITRIUS DANTAS  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

A pedido do setor da construção civil, o Conselho Curador do FGTS aprovou ontem reajuste de 10% no valor máximo do imóvel financiado pelo programa Casa Verde e Amarela. No Rio, em São Paulo e em Brasília, o teto subirá de R\$ 240 mil para R\$ 264 mil. Nas demais capitais consideradas metrópoles, o valor do imóvel vai passar de

R\$ 190 mil para R\$ 209 mil.

O valor dos imóveis enquadrados no programa varia de acordo com a região e número de habitantes das cidades. Nos municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, o aumento do limite do valor do imóvel será de 15%. Entre 20 mil e 50 mil habitantes, de 10%. Nos municípios com população menor que 20 mil pessoas não houve alteração.

Segundo dados apresentados na reunião do Conselho,

nos últimos 12 meses até julho, o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) subiu 17,35%. O último reajuste do valor do imóvel do programa foi em fevereiro de 2017.

O Casa Verde e Amarela atende a famílias de três faixas de renda: grupo 1 (até R\$ 2 mil); grupo 2 (até R\$ 4 mil) e grupo 3 (até R\$ 7 mil), com juros entre 4,75% e 8,16% ao ano. As famílias dos grupos 1 e 2 ganham subsídios (desconto a fundo perdido) no valor do financiamento, que variam em

entre R\$ 29 mil e R\$ 47,5 mil.

O Conselho Curador também aprovou mudanças na concessão dos subsídios para famílias com menor capacidade de pagamento, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Para 2021, o orçamento do FGTS prevê R\$ 8,5 bilhões em subsídios.

Também foi aprovada uma redução de 0,5 ponto percentual nos juros cobrados do grupo 3. Atualmente, a taxa é de 8,16% ao ano, sendo 6% para o FGTS e 2,16% para a Caixa.

Com a mudança, o percentual destinado ao Fundo vai baixar para 5,5% ao ano.

### PARA A BASE DE APOIO

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro assinou medida provisória que cria o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública. Batizado de Habite Seguro, o programa assegura condições especiais de compra da casa própria para policiais, bombeiros, agentes penitenciários

os e integrantes das guardas municipais — base de apoio do presidente —, com renda mensal de até R\$ 7 mil.

Será possível financiar imóveis novos e usados. A exigência é que o interessado ainda não seja proprietário de imóvel. O subsídio para a entrada é de R\$ 12 mil.

No primeiro ano, o programa receberá R\$ 100 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. A Caixa será o agente operador, mas outros bancos poderão se habilitar.

O Habite Seguro estará disponível a partir de novembro, e os interessados deverão comprovar o vínculo empregatício com um órgão de segurança pública.